



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
MOÇAMBIQUE



10

2012

Distrito de Chókwè



RASTREANDO A DESPESA DE 2011

Índice

I. Investimento Realizado
pelo Governo Distrital no
Distrito

II. Investimento Realizado
pelo Governo Provincial /
Central no Distrito

III. Aspectos de Controlo
Interno na Secretária
Distrital

Fundo de Investimento Distrital

Fundo Distrital de Desenvolvimento

Fundo de Apoio Directo às Escolas

Fundo de Estradas

Investimento Realizado pelo Governo Provincial/
Central

DISTRITO DE CHÓKWÈ.

O Distrito de Chókwè situa-se na parte Sudoeste da província de Gaza, com uma superfície de 2.443km² e uma população de 183.531 habitantes (Censo 2007). O Distrito está dividido em 4 postos administrativos, Cidade de Chókwè, Lionde, Macarretane e Xilembene.

I. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO DISTRITAL

Em 2011, o Distrito de Chókwè teve um orçamento de 25.922.890,00Mt para despesas de investimento (tabela 1).

Tabela 1. Orçamento alocado para despesas de investimento, no Distrito de Chókwè, em 2011.

Despesas de investimento	Valor alocado (Mt)
Fundo de Investimento Distrital	9.339.770,00
Fundo Distrital de Desenvolvimento	7.809.000,00
Fundo de Apoio Directo às Escolas	7.524.120,00
Fundo de Estradas	1.250.000,00
Total	25.922.890,00

Fonte: Lei n.º9/2011, de 13 de Junho - Orçamento do Estado Revisto¹

1.1 Fundo de Investimento Distrital

Em 2011, o valor alocado para o Fundo de Investimento Distrital foi utilizado nas realizações que constam da tabela 2.

Tabela 2. Lista das actividades realizadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital.

Infra-estrutura	Valor alocado
Construção de 2 residências tipo II no Bairro 6 da Cidade	2.440.692,25
Reabilitação do Posto Policial de Lionde	574.623,70
Reabilitação do edifício da Sede de Localidade de Xilembene	962.356,65

¹ A Lei n.º 9/2011, de 13 de Junho altera os artigos 2, 3, 4, 5, 11 e 12 da Lei n.º 1/2011, de 5 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2011

Colocação de grelhas nos muros de vedação das residências do Secretário Permanente Distrital e do Chefe do Posto Administrativo de Xilembene	63.999,54
Reabilitação da Residência alternativa do Administrador	962.712,35
Aquisição de um televisor e uma geleira para a Casa Protocolar n.º1	35.685,00
Aquisição de material de construção diverso	12.244,05
Reabilitação da casa do Chefe do P/A de Xilembene	168.500,00
Construção de 13 casas com material misto no P/A de Xilembene	609.500,00
Construção de uma residência tipo II em Macarretane	1.393.046,46
Fornecimento do material informático, sistemas de rede, equipamento de frio e montagem de dados de voz	999.541,00
Total	8.225.901,00

Fonte: SDPI e Secretaria Distrital de Chókwè.

A diferença entre o valor disponível, a partir do OE, e o valor utilizado pelo Governo do Distrito de Chókwè é de 1.113.869,00Mt que, segundo o Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas não foi disponibilizado ao Distrito, apesar de ter sido alocado a partir da Lei do Orçamento do Estado Revisto.

Ponto de situação das actividades financiadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital de 2011

Actividade não realizada:

- Colocação de grelhas nos muros de vedação das residências do Secretário Permanente Distrital e do Chefe do Posto Administrativo de Xilembene.

Actividades em curso:

- Construção de 1 residência tipo II no Bairro 6 da Cidade
- Construção de uma residência tipo II em Macarretane.

- Reabilitação do edifício da Sede de Localidade de Xilembene.

Actividades concluídas:

- Construção de 1 residência tipo II no Bairro 6 da Cidade
- Reabilitação do Posto Policial de Lionde;
- Reabilitação da Residência alternativa do Administrador (pintura e mosaico);
- Reabilitação da casa do Chefe do P/A de Xilembene;
- Construção de 13 casas com material misto no P/A de Xilembene.

Em termos de alinhamento das actividades realizadas com o PESOD constatou-se que, da lista acima apresentada, apenas 3 actividades contavam do PESOD, designadamente a construção de 2 residências tipo II no Bairro 6 da Cidade, a reabilitação do edifício da Sede de Localidade de Xilembene e a reabilitação do Posto Policial de Lionde. As restantes actividades não constavam. É de salientar que as 13 casas construídas, com recurso a material misto, no Posto Administrativo de Xilembene, foram levadas a cabo para o reassentamento da população que foi abrangida pelo projecto da construção do monumento a Josina Machel em Xilembene.

Avaliação quantitativa das realizações

Dos 9.339.770,00Mt que estavam previstos para o Fundo de Investimento Distrital, 8.225.901,00Mt foram usados pelo Governo do Distrito de Chókwè, o que representa 88,7%. Os restantes 1.113.869,00Mt não foram disponibilizados, apesar de terem sido alocados a partir da Lei do Orçamento do Estado Revisto, o que representa 11,93%. Do valor efectivamente utilizado, 999.541,00Mt foram usados na aquisição de material informático diverso, incluindo a montagem de sistemas de redes.

Avaliação qualitativa

No geral as obras que beneficiaram de reabilitação e/ou construção de raiz apresentavam um aspecto de qualidade aceitável, dado que, contrariamente às várias obras rastreadas noutros distritos abrangidos pelo programa, não foram verificados os problemas graves de infiltração de águas pluviais, rachas nas paredes e no soalho e baixa qualidade de madeira usada nos aros das portas e janelas. A boa qualidade das obras pode estar associada à fiscalização constante que têm merecido por parte do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas, associada à adjudicação das obras a empreiteiros profissionais. Porém, há que destacar que foram verificados alguns problemas ligeiros: A residência do Chefe do

Posto Administrativo de Xilembene apresentou o problema de infiltração de água, uma das residências tipo II no Bairro 6 da cidade de Chókwè apresentou uma racha na parede e a residência tipo II em Macarretane apresentou também uma racha na parede. O edifício da Sede de Localidade de Xilembene encontrava-se paralisado desde Dezembro de 2011.



Fig. 1 Casa do Chefe do P/A de Xilembene

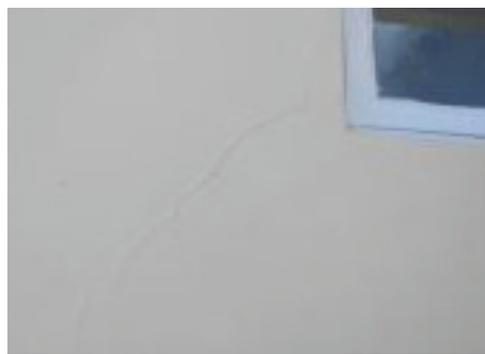


Fig. 2 Racha numa residência do Bairro 6



Fig. 3 Residência de Macarretane



Fig. 4 Sede de Localidade de Xilembene

Fonte: Equipa de Monitoria – 18/04/2012

Ponto de situação das infraestruturas de 2010 que estavam em curso em 2011:

As actividades que se encontravam em curso, no exercício de rastreio realizado em 2011, são as seguintes:

- Construção de 1 residência tipo II na cidade de Chókwè;
- Construção de uma residência tipo II em Machinho.

O segundo exercício visitou novamente estes empreendimentos e constatou que a residência, situada na cidade de Chókwè, já se encontrava concluída e a de Machinho ainda se encontrava em construção. Em termos qualitativos, a residência situada na cidade de Chókwè é, de uma forma geral, uma infraestrutura sólida. Porém, a residência de Machinho apresentou barrotos roídos por *muchém* e rachas nas paredes e no soalho.



Fig. 5 Racha no soalho de Machinho



Fig. 6 Barrote roído por muchém

Fonte: Equipa de Monitoria – 17/04/2012

Ponto da situação da infraestrutura de 2010 que não tinha sido realizada em 2011:

- Construção de 1 residência tipo II em Malau.

O segundo exercício procurou inteirar-se do ponto da situação deste empreendimento e constatou que já se encontrava em curso. Porém, não foi possível aferir a qualidade da obra porque ainda se encontrava em construção.

Análise comparativa entre 2010 e 2011

Há uma tendência de melhoria no desempenho do Governo Distrital de Chókwè no âmbito da execução do FID tendo em conta os dois anos em análise. Na execução do FID de 2011, 55,56% das actividades foram concluídas contra 40% do FID de 2010. 33,33% de actividades em curso contra 40% de 2010 e igual número de actividades não realizadas. Em termos de qualidade das realizações levadas a cabo, no âmbito do FID, verificou-se também uma melhoria significativa, pois os empreendimentos, levados a cabo em 2011, apresentavam paredes consistentes, soalho com poucas fissuras, cobertura melhorada e boa qualidade da madeira usada nos aros de portas e janelas. No concernente ao alinhamento das realizações com o PESOD, não se registou nenhuma melhoria, dado que, em 2011, apenas 33,33% das actividades realizadas constavam do PESOD, contra 80% das actividades em 2010.

1.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento

Em 2011, Chókwè teve um orçamento de 7.809.000,00Mt para financiar projectos de geração de rendimento, produção de comida e fomento pecuário. Deste valor, apenas 6.896.894,93Mt foram recebidos pelo Governo Distrital, o que representa 88,32%. Os

restantes 902.105,07Mt não foram disponibilizados, o que representa 11,68%. O valor efectivamente financiado aos projectos foi distribuído pelos 4 postos administrativos:

Posto Administrativo	Valor alocado (Mt)	Valor alocado (%)
Cidade de Chókwè	1.756.321,77	25,47
Lionde	1.692.023,16	24,53
Macarretane	1.747.025,00	25,33
Xilembene	1.701.525,00	24,67
Total	6.896.894,93	100

Fonte: Secretaria Distrital

Dos 157 projectos, aprovados e financiados, 65 são de produção de comida, o que representa 41,40%, 53 são de geração de rendimento e emprego, o que representa 33,76% e 39 são de fomento pecuário, o que representa 24,84%. Em termos financeiros, dos 6.896.894,93Mt financiados aos projectos, 2.962.353,05Mt foram para produção de comida, o que representa 42,95%, 1.708.870,50Mt foram para geração de rendimento e emprego, o que representa 24,78% e 2.225.671,00Mt foram para o fomento pecuário, o que representa 32,27%. Do total dos projectos aprovados, 54 beneficiaram mulheres, o que representa 34,39% e 103 beneficiaram homens, o que representa 65,61%. Financeiramente, do valor financiado aos projectos apenas 2.141.196,50Mt beneficiaram mulheres, o que representa 31,05% e 4.7556.698,43Mt beneficiaram homens, o que representa 68,95%.

Do trabalho de campo realizado no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), verificou-se que: i) *Há uma prática bastante positiva de distribuição equitativa do Fundo pelos postos administrativos (cerca de 25% por cada posto); ii) Todos os processos dos mutuários tinham contratos devidamente assinados e tinham como anexo os projectos desenhados pelos mutuários. Dos 157 contratos verificados, 111 possuíam um selo branco e um carimbo a óleo, 10 não possuíam o selo branco, 23 não possuíam carimbo a óleo e 3 não possuíam nenhum carimbo ; iii) Todos os contratos têm como anexo o plano de amortização. Porém, dos planos verificados, 69 não especificavam os meses previstos para a amortização do crédito; iv) Não há observação rigorosa dos limites estabelecidos para o financiamento aos projectos, pois alguns projectos financiados, receberam montantes acima dos limites estabelecidos; v) Há desequilíbrio de género, na medida em que apenas 34,39% dos projectos financiados beneficiaram mulheres; vi) Há projectos, aprovados e financiados, que beneficiaram membros dos Conselhos Consultivos e funcionários públicos, pessoas que podem, facilmente, influenciar o processo de aprovação dos projectos ou, através de outros meios, ter acesso ao crédito bancário; vii) Há falta de cumprimento dos critérios estabelecidos nos guiões de funcionamento do FDD, dado que se verificaram casos de financiamentos para meios circulantes.*

A título de exemplos: No Posto Administrativo de Xilembene, por um lado, aprovou-se um projecto de aquisição duma viatura, financiado no valor de 174.800,00Mt e, por outro lado, beneficiou-se um funcionário da Secretaria daquele posto. Há um projecto de aquisição de um tractor, no Posto Administrativo de Xilembene, que foi financiado no valor de 475.000,00Mt, que beneficiou a um singular. O montante financiado ultrapassa os 350.000,00Mt estabelecidos como tecto máximo para os projectos de agricultura. O projecto de aquisição de 3 cabeças de gado bovino, no Posto Administrativo de Xilembene, financiado no valor de 50.000,00Mt, beneficiou um funcionário público.

Contactado o funcionário público, financiado para a aquisição da viatura em Xilembene, para se inteirar melhor sobre o ponto de situação da implementação do seu projecto, disse que o dinheiro que recebeu não era suficiente para a concretização do seu plano. Dai ter recorrido ao banco para pedir crédito. Este pronunciamento mostra claramente que, tratando-se de funcionário público, ele encontrava-se em condição de ter acesso ao crédito bancário.

“...Eu pedi 174.800,00Mt para financiar o meu projecto de compra de um carro de 1,5 toneladas e apresentei algumas facturas proformas. Mas, como demoraram em me dar o financiamento, quando recebi o dinheiro os preços já tinham aumentado. Por isso pedi um outro empréstimo bancário para conseguir concretizar o meu plano” disse.



Fig. 7 Viatura comprada com FDD

Fonte: Equipa de Monitoria – 17/04/2012

Análise comparativa do FDD 2010 e 2011

Em termos comparativos, não se verificou nenhuma melhoria no processo de gestão do FDD no distrito de Chókwe, pois persistem casos de financiamento de projectos de aquisição de meios circulantes, de projectos pertencentes a funcionários públicos e o financiamento a projectos com montantes superiores aos limites estabelecidos no guião de gestão do FDD. No que diz respeito à observância de equilíbrio de género, persiste o problema de desequilíbrio, na medida que, nos dois anos em análise, 65% dos projectos, aprovados e financiados,

beneficiaram homens. Persiste igualmente a falta de clareza sobre o financiamento aos projectos por localidades, dado o facto de os projetos estarem distribuídos apenas por postos administrativos e não por localidades. Em termos de distribuição do financiamento pelos tipos de projectos (produção de comida, geração de rendimento, emprego e o fomento pecuário verificou-se uma melhoria na promoção dos projectos de produção de comida, pois, em 2011, 42,95% dos projectos, aprovados e financiados, foram para produção de comida contra 29,59% em 2010. Outro factor positivo, que mereceu destaque, está relacionado com a distribuição equitativa do Fundo pelos 4 postos administrativos, na ordem de 25% para cada posto.

Atenção Ministério da Educação

Apoio Directo às Escolas (ADE)

Em 2011 o Distrito de Chókwè recebeu um total de 7.524.120,00Mt para o Apoio Directo às Escolas – ADE, sendo 3.422.800,00Mt na 14ª fase e 4.101.320,00Mt na 15ª fase. A utilização deste Fundo obedece a duas modalidades, nomeadamente a aquisição baseada na lista do material elegível, definido pelo MINED, e a aquisição livre ou ao critério da escola (15%). O material elegível consta nos formulários de registo da despesa, designadamente a carta de autorização, a nota de encomenda, a nota de detalhe da despesa e o manual de procedimentos, e autoriza-se o uso de 10% na produção escolar e 10% na aquisição de material eléctrico e de construção para pequenas reparações.

O primeiro exercício de rastreio da despesa pública, realizado em 2011, baseou-se especificamente na verificação do cumprimento das regras de utilização deste Fundo, plasmadas nos manuais de procedimentos. O segundo exercício, aferiu a transparência no processo de gestão do Fundo, incluindo o nível de satisfação das escolas com a implementação deste programa e o nível de participação das comunidades no processo.

O trabalho de campo visitou 6 escolas e verificou que: i) *Todas as escolas visitadas referiram que tinham comissões de compra e de aquisição devidamente montadas; ii) Apesar de todos os Directores visitados terem afirmado que realizavam encontros de divulgação do ADE, apenas 4 apresentaram actas que comprovavam a realização desses encontros; iii) Algumas escolas gastaram mais de 15% na aquisição do material ao critério das escolas, ultrapassando, assim, o limite fixado pelo MINED para este propósito; iv) Das escolas visitadas 4 apresentavam o mapa de detalhe das despesas realizadas ao critério das escolas; v) Das escolas visitadas 3 afixavam em local de acesso público o valor recebido pela escola, mas nenhuma afixava a relação do material adquirido, violando, desta forma, a recomendação*

do MINED²; vi) Apenas 3 escolas possuíam listas de distribuição do material aos alunos, embora em muitos casos verificados, não estivessem devidamente quantificadas e assinadas. As restantes escolas não possuíam nenhum documento, apesar de terem confirmado que haviam distribuído o material aos alunos; vii) Há uma escola que não distribuiu nenhum material aos alunos na 14^a fase, o que mostra claramente que não promove a manutenção e a adesão dos alunos, sem condições, à escola; viii) Algumas escolas adulteravam a lista do material elegível fornecida pelo MINED e não reportavam os gastos realizados como outras despesas e ix) Há escolas cujos justificativos não conferiam com o valor recebido pelas escolas.

A título de exemplos: A EPC do 4^o Bairro gastou 20,9% nas pequenas reparações e não as reportou como outras despesas. As EPC de Muzumuia e 4^o Bairro não tinham os justificativos completos das fases 14^a e 15^a, respectivamente. A EPC do 5^o Bairro “A” adulterava a lista do material elegível: onde vinha agrafos colocava baldes, tabuadas eram substituídas por relógios e tesouras por lixas. As EPC de Xilembene e EPC de Muzumuia possuíam listas, mas as mesmas não estavam devidamente quantificadas. As EP1 1^o de Maio, EPC 4^o Bairro e EPC 5^o Bairro “A” afixavam apenas o valor recebido pelas escolas.

No concernente à satisfação das escolas com a implementação do programa ADE, todos os Directores visitados referiram que, apesar de o Fundo ajudar positivamente na melhoria da qualidade do ensino, o material comprado não satisfaz cabalmente as necessidades para o funcionamento efectivo das escolas, na medida em que, para além de ser exíguo, 85% do Fundo devem ser investidos na aquisição do material definido pelo MINED, deixando apenas 15% para a aquisição livre da escola³ e, mesmo assim, o Serviço Distrital de Educação orienta as escolas a usar parte dos 15% na compra de uniformes para os professores. No entender de muitos Directores, esta percentagem devia ser elevada, pelo menos, para 20 a 25% e o material comprado ser definido pelas respectivas escolas.

Ainda no âmbito da avaliação da satisfação, os coordenadores das ZIPs reclamaram que não recebiam o valor das deslocações para as visitas às escolas, no âmbito do ADE. Daí que, muitas vezes, optavam por não efectuar visitas.

2 O MINED recomenda às escolas que afixem nas vitrinas, salas de professores, bibliotecas e/ou noutros locais de acordo com as condições da escola, o valor recebido, a relação do material adquirido e os mapas de distribuição do material, entre outras informações.

3 Os 15% são, na maioria dos casos, investidos na aquisição de chapas de zinco para a cobertura das salas de aulas e algumas residências dos professores.

Atenção Ministério das Obras Públicas e Habitação

Fundo de Estradas

Em 2011 o Distrito de Chókwè recebeu um total de 1.250.000,00Mt para trabalhos de reabilitação, manutenção de rotina e/ou melhoramentos localizados de estradas. Este valor foi adicionado ao valor que o Distrito já havia acumulado nos dois anos anteriores para a construção da ponte sobre o rio Vumbane, em Xilembene orçada no valor de 3.500.000,00Mt.

O trabalho de campo constatou que a construção da ponte ainda não foi iniciada, pois o empreiteiro ainda estava no processo de mobilização do material. É de salientar que o Distrito já somou três anos consecutivos sem realizar nenhuma intervenção na área de melhoramento de vias de acesso por causa desta obra de grande envergadura.

Reacção do Governo Distrital às Constatções da equipa de rastreio

Reagindo às constatações apresentadas pela equipa que esteve no campo, o Director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, que ao mesmo tempo respondia interinamente pela Secretaria Distrital, o Sr. Orlando Matavela disse que o trabalho de monitoria do Orçamento do Estado era de louvar, pois, ajudava o Distrito a melhorar o seu desempenho. Ainda nesta senda disse que as constatações apresentadas eram do conhecimento do Distrito pelo que havia necessidade de serem tomadas em consideração com muita celeridade.

Comentando sobre o Fundo de Estradas referiu que, durante 3 anos, priorizou-se a construção da ponte de Vumbana em Xilembene. Por isso o Distrito não fazia nenhuma outra intervenção nas vias de acesso, na medida em que estava a acumular o Fundo para este efeito. No concernente ao Fundo Distrital de Desenvolvimento – FDD disse que a gestão deste Fundo estava, cada vez mais, a ser melhorada apesar do trabalho de campo ter verificado alguns problemas. O financiamento a projectos submetidos por funcionários públicos, por exemplo, foi referenciado como um dos problemas já ultrapassados, dado o facto de se ter deixado de financiar projectos submetidos por estes proponentes. Falando sobre o ADE reivindicou que as escolas, pelo menos, afixavam em locais de acesso público o valor recebido, para as comunidades tomarem conhecimento, e acrescentou que, anualmente, o SDEJT convoca encontros para informar ou actualizar as escolas sobre os procedimentos de gestão do fundo de ADE, dado que alguns Directores são novos. Quanto aos outros problemas identificados disse que seriam tomados em consideração, no sentido de serem ultrapassados.

O técnico da área de Obras Públicas no SDPI, o Sr. João Chivambo referiu que as obras

de 2010 preocuparam o Governo do Distrito porque os empreiteiros tiveram um ritmo lento na sua execução, embora já tivessem recebido o valor na sua totalidade. Falando sobre os problemas de rachas, verificadas na residência de Machinho, disse que o Governo já estava a tratar desse assunto no sentido de o empreiteiro tomar as devidas medidas correctivas. Sobre o atraso na conclusão da residência de Malau, disse que o motivo principal foi a inundação, que assolou o Distrito, causando intransitabilidade da via de acesso para aquela localidade.

Comentando sobre as obras levadas a cabo em 2011, afirmou que as grelhas não foram montadas, tanto no muro de vedação da residência do Secretário Permanente Distrital, quanto na residência do Chefe do Posto Administrativo de Xilembene por falta de honestidade do empreiteiro, mas que o mesmo se comprometeu, através de um documento oficial, a coloca-las até finais de Abril.

Debruçando-se sobre os furos de água disse que não foram construídos porque os processos contatuais para a sua execução foram devolvidos pelo Tribunal Administrativo.

O técnico da área UGEA, o Sr. Noé Siteo, na sua intervenção, referiu que os problemas verificados nas obras resultavam, por um lado, da falta de honestidade dos empreiteiros e, por outro lado, de alguns conflitos de interesses verificados entre as diferentes instituições do Governo. A obra da Sede de localidade de Xilembene, que ao mesmo tempo serve como residência do Chefe daquela Localidade, por exemplo, foi apontada como uma das que têm registado o problema de conflito de interesses, dado que a parte que o Governo Distrital definiu como residência do Chefe da Localidade está, temporariamente, a ser ocupada pela Polícia, que se recusa a retirar-se. Outro grande problema, que o técnico referenciou, estava associado aos atrasos da publicação dos concursos públicos no Boletim da República, por causa dos desembolsos tardios do Fundo.

O técnico do sector de planificação, o Sr. Inácio Boa, na sua intervenção, comentou o processo de gestão do Fundo Distrital de Desenvolvimento – FDD. Falando sobre a repartição do Fundo pelas localidades, disse que o exercício feito pela Secretaria Distrital, de repartir o Fundo pelos postos administrativos, era igualmente feito pelos postos para repartir o Fundo pelas localidades. O que faltava era a actualização da base de dados geral. Pronunciando-se sobre a falta de observância dos limites no financiamento aos projectos, referiu que tal aconteceu porque o Distrito recebeu o guião de gestão do FDD depois de terem sido aprovados os projectos. Quanto ao financiamento aos funcionários públicos disse que os que se beneficiaram faziam parte dos projectos aprovados nos anos anteriores, mas que, dos mutuários recentes, não fazem parte funcionários públicos. No tocante ao financiamento aos meios circulantes disse que o caso do projecto do mutuário de Xilembene foi muito discutido na sessão do Conselho Consultivo Distrital, mas, mesmo assim, o projecto acabou por ser aprovado. No que se refere à falta de uniformização dos carimbos nos contratos dos mutuários disse que se tratava dum assunto a ser tomado em consideração nos futuros casos.

O Director do Serviço Distrital da Saúde, Mulher e Acção Social, o Sr. Luís Nhaia, na sua intervenção, disse que as duas obras paralisadas, designadamente, a Maternidade do Centro de Saúde de Xilembene e o laboratório do Hospital Rural, eram do nível provincial e cabia apenas ao Distrito fazer o acompanhamento da sua execução, principalmente no que diz respeito ao cumprimento dos prazos estabelecidos. Falando ainda sobre estes empreendimentos, disse que o Distrito soube que a sua paralisação estava sendo originada por desembolsos tardios do Fundo. Para terminar, debruçando-se sobre os problemas de falta de qualidade identificados nas obras de Lionde e SAAJ, disse que, para o caso de Lionde, contactariam o artesão responsável, no sentido de tomar as devidas medidas correctivas e, para a Casa de Mãe Espera, de Lionde, comunicariam à Província.

II. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO PROVINCIAL/CENTRAL NO DISTRITO

No primeiro exercício de rastreio da despesa pública, fez-se menção à falta de clareza sobre os investimentos realizados pelo Governo Provincial/Central, dado o facto de todos serem canalizados para os distritos por via dos governos provinciais. Foi neste contexto, que neste segundo exercício, se optou por juntar as realizações levadas a cabo por estes dois níveis governamentais.

Infra-estrutura	Valor alocado
Construção de 20 salas de aulas nas EPC 5° Bairro da Cidade (5), EPC 4° Bairro da Cidade (5), EPC de Muzumuia (5) e EP1 de Matuba (5)	
Abertura de 20 furos de água nos Postos Administrativos de Macarretane e Xilembene	
Construção de uma sala para pequena cirurgia e um Gabinete de Consultas no Hospital Rural	
Reabilitação do Laboratório no Hospital Rural	
Construção de alpendre e Gabinete de Consultas no Centro da Saúde da Cidade	
Reabilitação do Gabinete do Utente	
Reabilitação da Maternidade do Centro de Saúde de Xilembene	
Reabilitação de SAAJ	
Construção da Casa de Mãe Espera em Lionde	

Construção de um depósito de medicamentos no Hospital Rural	
Ampliação do edifício da Quimioterapia	
TOTAL	

Fonte: Secretaria Distrital

Ponto de situação das actividades

Actividade não realizada:

- Abertura de 20 furos de água nos Postos Administrativos de Macarretane e Xilembene.

Actividades paralisadas:

- Reabilitação do Laboratório no Hospital Rural;
- Reabilitação da Maternidade do Centro de Saúde de Xilembene.

Actividades concluídas:

- Construção de 20 salas de aulas;
- Construção de uma sala para pequena cirurgia e Gabinete de Consultas no Hospital Rural;
- Construção de alpendre e Gabinete de Consultas no Centro da Saúde da Cidade;
- Reabilitação do Gabinete de Utente;
- Reabilitação de SAAJ⁴;
- Construção de um depósito de medicamentos.

Avaliação qualitativa

As 20 salas construídas são, no geral, infraestruturas de boa qualidade, porém apresentavam algumas fissuras nas paredes e nos sanitários. Os Gabinetes de Consulta apresentavam o pavimento à altura do joelho, sem nenhum degrau nem rampa para os deficientes físicos, o que não proporciona condições adequadas para uma fácil utilização pelos pacientes. A Casa de Mãe Espera de Lionde apresentava defeitos nas janelas. O edifício de SAAJ, obra cuja reabilitação incluiu a cobertura, apresentava problemas graves de infiltração de água das chuvas e madeira danificada por *muchém*.

⁴ SAAJ – Serviço de Aconselhamentos Aos Jovens adolescentes



Fig. 8 Pavimento dos Gabinetes de Consulta



Fig. 9 Defeito no aro da janela de Lionde



Fig. 10 Tecto de SAAJ

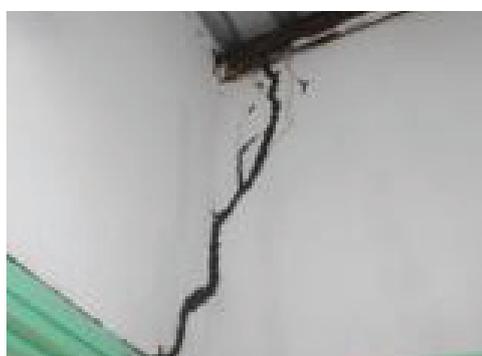


Fig. 11 Muchem no SAAJ

Fonte: Equipa de Monitoria – 19/04/2012

III. Aspectos de Controlo Interno na Secretaria Distrital

Conselho Consultivo Distrital de Chókwè é composto por 50 membros, representantes de todas as localidades. Destes, 37 são homens e 13 são mulheres. Em 2011 o CCD reuniu-se 2 vezes, em sessão ordinária, e não realizou nenhuma sessão extraordinária. A realização destas sessões foi justificada, através das actas produzidas. No dia 14 de Julho de 2011 realizou-se o encontro para o balanço do PESOD para o primeiro semestre e, no dia 13 de Janeiro de 2012, realizou-se a reunião do balanço anual do PESOD.

Em 2011, o Governo do Distrito de Chókwè foi inspeccionado 3 vezes, pelas seguintes instituições: Tribunal Administrativo, Direcção Provincial de Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal. No concernente às Obras Públicas foram preparados 6 contratos e todos foram enviados ao Tribunal Administrativo. Destes um foi devolvido para actualização do Cadastro Único e os restantes tiveram resposta favorável. O Governo Distrital enviou a Conta de Gerência do exercício de 2011 para o tribunal Administrativo no dia 23 de Março de 2012.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY

Boa Governação-Transparência

Integridade

Good Governance-Transparency-Integrity

Rua da Frente de Libertação de Moçambique, n. 354

Tel: (+258) 21 492335

Fax: (+258) 21 492340

Mobile: (+258) 82 30 16 391

Caixa Postal: 3266

Email: cip@cip.org.mz

www.cip.org.mz

Maputo-Moçambique



LIGA MOÇAMBIQUANA DOS DIREITOS HUMANOS

Rua Acordos de Incomate, Bairro 10

Fax: + 258 28 225012

Celular: +258 84 814 9920

Gaza - Moçambique



FICHA TÉCNICA:

Título: Rastreado a despesa de 2011 - Chókwè

Série: 8/15

Autores: CIP E Liga Moçambicana dos Direitos Humanos

Revisão Linguística: Machado da Graça

Design e Layout: éDesign

Maputo, Maio de 2012